

Bancada do Piauí pede zerar taxas sobre energia solar

Projeto apresentado pode reduzir conta de luz e ampliar acesso à energia limpa

Reprodução

A bancada federal do Piauí protocolou a solicitação do governador Rafael Fonteles referente ao Projeto de Lei 1438/2026, que propõe acabar com a cobrança de taxas sobre a energia solar excedente injetada na rede elétrica. A tarifa passou a ser aplicada após uma lei federal aprovada em 2022.

O projeto enviado à Câmara Federal garante que a energia extra enviada para a rede de distribuição vire crédito sem descontos. Atualmente, parte desse valor é descontado por encargos como o uso da rede. A proposta do Governo do Piauí zera essa cobrança e o consumidor aproveita todo o crédito gerado, o que reduz mais a conta de luz e torna a energia solar mais vantajosa.

O governador Rafael Fonteles destacou a articulação conjunta para viabilizar a proposta. “Quero agradecer à bancada federal do Piauí por encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que sugerimos para acabar com a cobrança sobre a energia gerada por sistemas de energia solar. A proposta busca corrigir uma regra que hoje penaliza quem investe em energia limpa”, afirmou o gestor.

A proposição foi coordenada pelo deputado Dr. Francisco Costa (PT), líder da bancada, com apoio de todos os 10 parlamentares piauienses no Congres-

so. O texto atende à solicitação do governador e altera o Marco Legal da Geração Distribuída (Lei 14.300/2022), garantindo isenção integral e permanente de componentes tarifárias, como a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

A medida foi apresentada à Câmara dos Deputados e deve reduzir custos para famílias e pequenos produtores que já utilizam ou pretendem investir em energia limpa. Com a aprovação do projeto de lei, haverá:

- redução na conta de energia elétrica da população que utiliza energia solar;
- mais incentivo à instalação de sistemas solares;
- fortalecimento da energia limpa;
- e mais autonomia energética para famílias e pequenos negócios.

O Piauí e toda a região Nordeste têm alto potencial para geração de energia solar. Com a mudança, a expectativa é ampliar o acesso à tecnologia e tornar o investimento mais viável para a população.

Tramitação

O Projeto de Lei 1438/2026 já está em tramitação na Câmara dos Deputados e deve passar pelas comissões temáticas antes de seguir para votação em plenário. Entre as etapas previstas estão as análises nas comissões responsáveis por



O governador Rafael Fonteles destacou a articulação conjunta

temas relacionados à energia, desenvolvimento econômico e meio ambiente, onde o texto será discutido tecnicamente e poderá receber ajustes antes da apreciação final pelos parlamentares.

Após a tramitação nas comissões, o projeto seguirá para votação em plenário, onde será apreciado por todos os deputados federais. Caso aprovado, o texto ainda precisará ser encaminhado ao Senado Federal, onde passará

por etapas semelhantes de análise e votação. Somente após a aprovação nas duas Casas Legislativas é que a proposta poderá ser encaminhada para sanção presidencial e, posteriormente, regulamentação pelos órgãos competentes.

A população pode acompanhar o andamento da proposta pelos canais oficiais da Câmara dos Deputados, que disponibilizam informações atualizadas sobre cada fase da tramitação,

incluindo pareceres, relatórios e resultados das votações. O acompanhamento público permite maior transparência e participação social no processo legislativo.

A iniciativa reforça o compromisso do Governo do Piauí em promover o uso de fontes de energia limpa e sustentável, além de contribuir para a redução de custos com energia elétrica para consumidores e produtores que utilizam sistemas solares.

Alerta de chuvas no Nordeste

Parte da Região Nordeste, especialmente a costa dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, enfrentará chuvas intensas com grande volume acumulado. Diante da previsão, técnicos do Departamento de Preparação e Socorro (DPS) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) monitoram o cenário e alertam a população sobre os riscos.

De acordo com o aviso vermelho emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a chuva pode passar de 100 milímetros (mm) por dia, aumentando o risco de grandes alagamentos, enxurradas, deslizamentos de encostas e transbordamento de rios.

“É importante que a população fique muito atenta aos alertas enviados pelas defesas civis, evite áreas alagadas, não se abrigue sob

árvores e, em caso de trincas e rachaduras nas paredes ou aumento do nível do rio próximo à residência, saia de casa e procure um abrigo seguro”, alerta o coordenador-geral de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil Nacional, Tiago Molina Schnorr.

Confira as áreas de maior risco:

- Rio Grande do Norte
- Leste potiguar
- Agreste potiguar
- Central potiguar
- Paraíba
- Litoral e Mata – João Pessoa, Cabedelo e Bayeux
- Agreste
- Cariri e Seridó
- Pernambuco
- Litoral – Recife, Olinda e Igarassu
- Mata
- Agreste



Volume de chuva pode superar 100 mm e eleva risco

Siga as instruções de segurança

Fique atento aos alertas e recomendações enviados pelas autoridades de proteção e defesa civil; Identifique locais seguros, como casa de parentes e amigos ou abrigos indicados pela prefeitura;

Observe os sinais de movimentação do terreno, como rachaduras no chão, árvores, postes ou cercas

inclinadas, muros embarrigados, desníveis ou degraus no terreno, levantamento do piso da residência ou estalos vindos do chão;

Se observar algum sinal de movimentação do terreno, saia imediatamente da casa e avise os moradores da região;

Mantenha a calma e siga as orientações da defesa civil e das autoridades locais. Em caso de

emergência, ligue 193 (Corpo de Bombeiros).

O Defesa Civil Alerta, implementado em todo o território nacional pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), poderá ser usado pelos estados como forma de ampliar a proteção das pessoas. O sistema utiliza a rede de telefonia celular para enviar mensagens de texto e avisos sonoros.

MIDR